

Líderes concordam em votar proposta

GERALDA FERNANDES

Os líderes partidários na Câmara decidiram que vão levar ao plenário um projeto reduzindo os salários dos deputados e senadores, num prosseguimento à proposta do presidente Fernando Henrique Cardoso de reduzir seu salário e os de seus ministros. A redução salarial obteve consenso na reunião das lideranças e a tendência é voltar às regras anteriores ao decreto legislativo aprovado mês passado que não só elevou a remuneração para R\$ 8 mil mensais, um reajuste de 100%, como estabeleceu 15 salários por ano, podendo chegar a 19, conforme o número de convocações extraordinárias.

Reunidos informalmente na noite de quarta-feira e na manhã de ontem, os líderes partidários — faltou apenas o representante do PSB — foram unânimes que a nova regra salarial do legislativo, somada ao veto do Presidente ao salário mínimo de R\$ 100, prejudica ainda mais a imagem do Congresso. "Ficou mal para o Congresso, estou cansado de ser cobrado por onde passo", desabafou para os companheiros o líder do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE).

Segundo pefelistas, o presidente atual, Luís Eduardo Magalhães, é um dos mais interessados na alteração do decreto legislativo. Luís Eduardo quer apenas que haja uma ampla discussão na busca da nova fórmula, pois "não se pode fazer uma modificação de forma açodada para não haver novo arrependimento".

Consulta — As alternativas para redução dos salários estão sendo estudadas pelas assessorias

jurídicas de cada partido e também começam a ser consultadas as bancadas da Câmara. Assim que a nova Comissão de Constituição e Justiça for empossada, dia 16, seus integrantes vão votar um projeto que viabilize a alteração. "Ter 14º, 15º salários foge à lógica, inclusive trabalhista. O PMDB vai reestudar o decreto", disse o líder do PMDB, deputado Michel Temer (SP). Segundo o líder do PSDB, deputado José Aníbal (SP), esta é também decisão do partido. "No PSDB está se consolidando a idéia de que o parlamentar não é diferente dos outros trabalhadores".

O PT já tem pronta uma emenda substitutiva global para o Decreto número 7. Pela proposta, os salários continuam com o valor mensal de R\$ 8 mil, sendo R\$ 3 mil fixo e mais R\$ 5 mil de representação. As ajudas de custo — pagas em cada início e término das convocações ordinárias e extraordinárias — serão calculadas somente sobre o salário fixo, ficando reduzidas os 55% da remuneração. Ao final das contas, os parlamentares receberiam anualmente o equivalente a 13,1 salários. "De todos os penduricalhos criados pelo novo decreto, o único justificável é o 13º salário, o que dá isonomia com os outros servidores", argumentou o líder do PT, deputado Jacques Wagner (BA).

À exceção das bancadas do PT e do PDT, que já se manifestaram favoráveis à redução salarial, a aceitação dos demais parlamentares, segundo líderes, ainda é uma incógnita. A primeira reação já chegou ao deputado Inocêncio Oliveira. "O assunto já estava sendo esquecido, você não tinha que reabrir a discussão", criticou um deputado.